



ROTAS DE UMA CIDADE NEGRA: ETNOGRAFIA DAS DISPUTAS ESTÉTICAS, POLÍTICAS E TERRITORIAIS ENTRE AFROFUTURISMO E ANTINEGRITUDE A PARTIR DO CENTRO URBANO DE CAMPINAS, SP

Palavras-chave: Cidade de Campinas, Desigualdade Racial, Monumentos

Autores:

Luís Cláudio Mendes – IFCH, UNICAMP

Prof^a. Dr^a. Stella Zagatto Paterniani (orientadora) – IFCH, UNICAMP

INTRODUÇÃO:

Este trabalho aborda sobre os vestígios da escravidão (Sharpe, 2023) e as fugitividades inerentes a ela transcritos na paisagem do centro da cidade de Campinas a partir de três eixos principais: (1) na estátua à Mãe Preta, (2) nas caminhadas turísticas pelo centro de Campinas, com atenção a monumentos, praças e locais de sociabilidade, chamadas “Rotas Afro” e (3) no movimento artístico afrofuturista a partir do arquivo fotográfico de Aristides Pedro da Silva, mais conhecido como V8. A etnografia que informa esta pesquisa combinou revisão de literatura, caminhadas pela cidade, conversas com pessoas do movimento negro de Campinas e pesquisa em arquivo.

Na interpelação entre antropologia urbana e estudos críticos raciais, pude notar que a cidade na América Latina é um território indissociável da racialidade (Alves e Paterniani, 2024). Deste modo, tanto a circulação de vida quanto a produção de morte neste espaço estão inerentemente ligadas a raça (Gonzalez, 1984; Alves, 2018; McKittrick, 2021). Isso recai em uma lógica de produção de monumentos no espaço público como dispositivos de racialidade que determinam grupos étnicos enquanto corpos “matáveis” e “não matáveis”, destinando o negro à condição ontológica do “não ser” como fundamento para o “ser” (Carneiro, 2023). Essa configuração é cotidianamente localizada em práticas de aniquilação de corpos negros – como a violência policial e obstétrica. Contudo, reproduz, também, epistemicídios, ou seja, tentativas contínuas de morte social e cultural de saberes afro-diaspóricos.

Em Campinas, considerada a última cidade do Brasil a abolir a escravidão e, logo, marcada historicamente por práticas antinegras, descobro, por meio das Rotas Afro, que o centro dessa mesma cidade antinegra foi, nos séculos XVIII e XIX, espaço de intensa circulação e produção cultural e epistêmica da população negra escravizada (Martins, 2017). Com isso, os monumentos acabam por revelar embates raciais sobre o que é considerado digno de memória pública, refletidos na nomeação das ruas e na destruição e expropriação de espaços de sociabilidade negra, substituídos por praças e empreendimentos multinacionais que soterraram os vestígios da presença de escravizados na cidade. No entanto, arquivos e etnografia revelam movimentos de negação das negações de território e memória, tornando as populações negras agentes políticos ativos. Alguns exemplos são o acervo do Centro de Memória da Unicamp (CMU), com mais de 4.500 imagens da cidade de Campinas, tiradas entre 1880 e 1970 pelo fotógrafo negro e campineiro Aristides Pedro da Silva (o V8), dentre outras múltiplas resistências contemporâneas em circulação na cidade.

V8 captou momentos marcantes de Campinas, como a demolição da Igreja do Rosário, frequentada e construída em 1817 por escravizados. Com suas perambulações pela cidade, descrevo a complexidade do funcionamento do racismo antinegro a partir dessas destruições da arquitetura negra de Campinas e, em contraste, sua prática na fotografia como práxis negra afrofuturista, já que, com os cliques atirados às destruições, impediu que a invisibilização total

ocorresse. Por fim, foco na pluralidade contemporânea da agência negra, transcrita não somente nas fotografias de V8 mas, como observado em etnografia, na cultura *hip-hop* que ilustra as paredes da cidade, nas práticas religiosas de matrizes africanas em atividade e nas pesquisas, mobilizações culturais e contações de histórias por parte de pessoas negras interessadas em “reavivar” histórias soterradas pela antinegitude.

Concluo que raça é uma variável indissociável da análise social do território brasileiro (Alves, 2018; Paterniani, 2019), pois ela institucionalizou a vida póstuma da escravidão na contemporaneidade (Hartman, 2021). Logo, os eixos que organizam a etnografia comunicam sobre a configuração do racismo antinegro (Vargas, 2020) como instrumento histórico e contemporâneo de expropriação simbólica, política, econômica, social e ontológica da vida negra e, ao mesmo tempo, as inúmeras maneiras pelas quais a práxis negra afrofuturista produz fugitividades e suas próprias possibilidades de vida na cidade-*plantation* de Campinas.

METODOLOGIA:

A metodologia parte da etnografia, dedicada a acompanhar as rotas de Campinas em perambulações pela cidade, investigações em arquivo, entrevistas e bate-papos com figuras dos movimentos negros de Campinas e, principalmente, um percurso turístico pelo centro chamado “Rotas Afro”, mobilizado por profissionais negros da região e das mais diversas áreas de formação. Tudo isso foi analisado concomitantemente à discussões em disciplinas da graduação, no Errante (Grupo de Estudos em Pensamento Negro Radical e Teoria Etnográfica), sob orientação da Prof^a Dr^a Stella Zagatto Paterniani e em apresentações em congressos das mais importantes universidades do país (Unicamp - Universidade Estadual de Campinas, USP - Universidade de São Paulo e UFBA - Universidade Federal da Bahia). Acompanhei produções artísticas em mostras, seminários e exposições como: “FUNK: Um grito de ousadia e liberdade”, no Museu de Arte do Rio (MAR) e “Mil graus, o 38º Panorama da Arte Brasileira”, no SESC Campinas. Por fim, produzi minhas próprias obras autorais. Em todos esses momentos, pude mobilizar e discutir o pensamento negro radical.

Ao optar pela etnografia, pude analisar de forma aproximada as narrativas existentes sobre a história de Campinas e, com o material coletado, observar as noções de “cidade” e “memória”, tendo raça como parâmetro central. Com isso, pude colocar em prática o objetivo inicial de investigação da cidade enquanto um emaranhado de “rotas-narrativas”, que se formam em embates de poder. Devido à escancarada e majoritária presença de figuras brancas nas representações oficiais da cidade, identifica-se uma relação desigual que estrutura presenças e ausências.

Há inúmeros conflitos entre a forma como a configuração da cidade antinegra pensa “memória” e a forma como as Rotas Afro, os pixos e grafites espalhados pelas paredes da cidade, as fotografias de V8 e as perambulações de pessoas negras pela cidade “desenterrando” a memória de corpos soterrados resgatam seu significado. Essas frentes são contrárias pois, em campo, observa-se que, de forma “oficial”, as poucas presenças de monumentos negros na cidade reiteraram o olhar da branquitude, ou seja, a práxis da antinegitude. Sendo assim, se pensarmos a cidade como um mapa de linhas cruzadas, escritas pela brancopia (Paterniani, 2022), as intervenções negras seriam, nas palavras de Christina Sharpe, “revisões negras”, ou seja, uma práxis negra afrofuturista, pois: “interrogam conhecimentos estabelecidos: o tempo em que a escravização acabou e o tempo que os arquivos não registraram”. (2023, p. 226).

Sharpe critica imagens produzidas pela lógica da *plantation* – coisa que identifico, por exemplo, no monumento à Mãe Preta, no Largo São Benedito – pois, como Hartman (2021) já apontava, essas imagens rememoram e normalizam a violência e, assim, não causam empatia nas

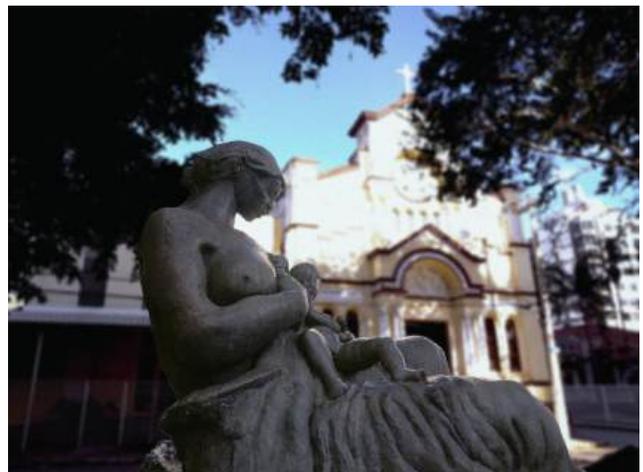


Figura 1: Monumento à Mãe Preta, no Largo São Benedito, Centro de Campinas. Fotografia: Pedro Henrique Ferrari de Brito.

pessoas, já que reinterpretam o que Hortense Spillers (2021) chamou de hieróglifos da carne¹. As imagens oficiais existentes na cidade “imageam” o negro pelo olhar do seu “senhor da *plantation*”. Portanto, “revisar” e fazer “anotações” negras nas imagens – e nesse caso, na cidade – são formas de “imagear” e “imaginar” o negro e a negritude de modo transversal e coexistente ao espaço antinegro, não na linguagem do desenvolvimento ou da humanização branca e paternalista, mas com uma sensibilidade que está, de fato, interessada na vida dessas pessoas. Em consonância a Sharpe, assim, reflito, desde a cidade de Campinas, as diversas maneiras pelas quais são tecidas respostas afrofuturistas ao terror antinegro. Me interessou, em campo, observar etnograficamente como pessoas negras vivem nesse terror, e como vivem, apesar dele. (Sharpe, 2023).

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Logo de cara, nota-se uma pífia preocupação institucional em mobilizar figuras negras no espaço público de Campinas. Existem apenas duas estátuas de pessoas negras na cidade. A primeira, na região central, é o monumento-túmulo do músico campineiro Carlos Gomes, acusada pelos movimentos negros da cidade de apresentá-lo com traços embranquecidos, e de não fazer nenhuma menção à sua raça. A segunda, é a estátua à Mãe Preta, localizada no Largo São Benedito, também no centro, sobre a qual já escrevi (Mendes; Renaudeau, 2025).

Dessa, mobilizo a monumentalização como dispositivo de racialidade (Carneiro, 2023) e disputa narrativa da rua, já que a estátua em questão foi esculpida por Júlio Guerra – artista brasileiro, branco, responsável também pela construção da estátua de Borba Gato, que foi um bandeirante proprietário de escravizados entre os séculos XVII e XVIII, na cidade de São Paulo. O interesse pelo retrato de uma mulher negra fixada na cidade reencenando uma cena de sujeição (Hartman, 2021) e de controle (Hill Collins, 2019) foi uma das questões mais aparentes em campo. Diversos interlocutores se dirigiram ao monumento como aprisionante e violento. Encontro uma outra abordagem da Mãe Preta e da negritude em artistas como Maicongo e Eliana Amorim (figura 2) pois, ainda que retratem figuras negras, não às aprisionam a uma espetacularização da sujeição, como foi feito na estátua em questão. Esses artistas são exemplos do movimento afrofuturista.

Levando isso em questão, as Rotas Afro, guiam grupos interessados em investigar a cidade por uma ótica racial, dando atenção a passagem negra pelo espaço, muitas vezes invisibilizada ou embranquecida. Já nesses momentos de caminhada, pude notar disputas raciais dentro dos grupos que acompanhei. Em um desses percursos, uma das participantes, também turismóloga e branca, questionou o por quê das Rotas não falarem dos muitos monumentos italianos que passávamos. Questionou também a interferência da prefeitura nas calçadas, pois as “pedras portuguesas eram preciosas”. Ainda, por estarmos em período eleitoral, a rua e a palavra se mostravam disputadas, quando uma mulher negra se destacou. A turismóloga, então, diz: “Onde já se viu? Uma candidata não saber concordância? Não falar o português corretamente?”. Me lembrei das leituras de Lélia Gonzalez (1984), que define o “pretuguês” como marca legítima da identidade negra. Segundo ela, o português da candidata não estaria incorreto, mas marcado pela influência da diáspora africana, que é parte da cultura brasileira. A língua se mostrou, também, racialmente disputada.

Retomando o que havia dito sobre a falta de pessoas negras nos monumentos de Campinas, por meio das “Rotas XR”, as Rotas Afro desenvolveram interfaces gráficas que torna possível, por meio de *smartphones* e óculos de visualização 3D, apontar a câmera para um território plano e, assim, gerar monumentos de figuras negras importantes da cidade que não existem no espaço público, como a de Laudelina de Campos Melo, fundadora do primeiro sindicato das empregadas domésticas do Brasil e que morou em Campinas durante a vida.

Em outro momento, num dia de campo em torno da estátua à Mãe Preta, encontro Nadja, que se tornou uma de minhas principais interlocutoras. Ela, também interessada em escavar vestígios da negritude campineira, contou sobre os arredores da Mãe Preta que, em suas palavras, poderia ser tida “a região mais negra de Campinas”. Nesse momento, houve uma expansão do meu entendimento sobre o território e “monumentalização”, para além de seu sentido institucional, pois, em uma perspectiva negra, isso se torna, para além da matéria, relacional à memória e à terra.

¹ Spillers (1987) chama de “hieróglifos da carne” o modo como as violências da antinegitude foram marcadas, simbólica e literalmente, no corpo negro no período escravocrata. Essas marcações historicamente vincularam o corpo negro à não humanidade e, assim, destina-o a existir num estado de morte e violência contínuos.

Há poucos metros, onde hoje encontra-se uma praça toda cimentada, com pequenas áreas arborizadas, no século XIX ficava o “cemitério dos cativos”. Esse, um espaço, como conta-se nas placas ao redor, extremamente mal cuidado e destinado ao enterro de escravizados, já que não podiam ficar no mesmo cemitério dos brancos. Ali ao lado, conheci a ainda presente Igreja São Benedito, construída e frequentada por escravizados. Isso revela que a cidade, como aponta Lélia Gonzalez (1982), é um território social-geográfico racialmente segregado, que destina o negro aos lugares menos confortáveis para se viver. Devido a falta de vestígios materiais do cemitério, as placas foram ali colocadas devido ao projeto “Ruas de Histórias Negras” ou, como diria Sharpe (2023), à “revisão negra” de Alessandra Ribeiro Martins².

Por fim, acompanhei a práxis negra afrofuturista em outras duas importantes ocasiões. Existe uma forte relação de jovens negros e periféricos com a pixação e o grafite. Essa arte, que faz parte do movimento *Hip-Hop*, é tida pelo Ordenamento Jurídico Brasileiro, Artigo 65, como “infração ambiental contra o patrimônio”. No entanto, alguns interlocutores se referiram à cidade como um espaço coletivo e, portanto, livre para circulação, uso e expressão. O pixo questiona a cidade como “propriedade” do Estado ou como “proprietável” através da aquisição burocratizada pelo valor econômico capitalista. Um caso foi relatado por um dos artistas que conversei. Conta ele que: “(...) Estava pixando com um grupo de amigos, e um cara chegou dizendo que era pra gente sair porque ‘a rua era nossa’. Mas aí eu perguntei: ‘nossa’ de quem?”. “Depois de um tempo eu fui na porta do ‘maluco’ e pixei a porta dele de fora a fora, demarcando que a rua era ‘nossa’”. (Grifos próprios em caderno de campo, 2025).

Por fim, como dito, encontro um arquivo de fotografias da cidade, tiradas por Aristides Pedro da Silva (V8). Em algumas de suas perambulações pela cidade, capturou imagens que demonstram de forma prática a agência epistemicida do dispositivo de racialidade. Em 1956, a Igreja do Rosário – construída e frequentada por pessoas negras – foi demolida em prol de um “melhoramento”, “modernização” urbanístico da cidade e como resolução para a rua ter “mais espaço”. O projeto de demolição foi proposto pelo então prefeito da cidade, Francisco Prestes Maia, que teve como referência a arquitetura parisiense. Entendo essas fotografias como desafios a ideia da destruição total pois, no momento em que ele atirou cliques contra os processos de demolição, testemunhou e impediu a destruição da memória, ainda que materialmente ela tenha se concretizado.



Figura 2: Reintegração de leite, 2019.
Colagem digital. Artista: Eliana Amorim.

Localizo, em tudo isso, contra-fluxos contínuos de produção de imagens e de disputas discursivas que se cruzam no território central urbano de Campinas. O epistemicídio antinegro e o afrofuturismo estão em constante feitura do espaço, gerando uma teia de relações que se tensionam e que, de formas opostas, disputam o significado de “morte”, “vida”, “memória” e “cidade”. Retomando Christina Sharpe (2023), as inúmeras agências negras afrofuturistas pela cidade antinegra de Campinas são como “revisões negras” que rabiscam e questionam as narrativas do mapa antinegro. O centro de Campinas se mostra um centro vivo de experiências heterogêneas e racialmente informadas e, assim, uma ouvidoria para a ampliação do que entende-se por “cidade”. Afinal, de que “cidade” estamos falando? Ainda que soterrada pelo cimento da modernidade, a memória negra em diáspora, ao mesmo tempo, está em contato com a terra, e prevalece sustentando a Campinas cidade negra contemporânea que, apesar da morte, vive.

CONCLUSÕES:

Concluo, que a pesquisa tomou rumos mais abrangentes do que o previsto inicialmente, pois ultrapassou o limite dos monumentos. O centro de Campinas, como aponta Alessandra Martins

² Alessandra foi a primeira mulher negra a concorrer à Prefeitura de Campinas. É liderança da Comunidade Jongo Dito Ribeiro, Mãe de Santo, Integrante do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), historiadora, doutora em Urbanismo e gestora cultural focada na Matriz Africana de Campinas.

(2017): “(...) é um espaço vivo da manifestação do povo de matriz africana (...) mesmo quando aparentemente estas não são vistas pela maioria de sua população” e, assim, um campo rico, vivo e pulsante para uma etnografia de disputas estéticas, políticas e territoriais entre o racismo antinegro (Vargas, 2020) em contraste ao afrofuturismo. Este, não apenas como um movimento artístico, mas como um projeto de luta de inúmeras pessoas negras que, apesar da morte e dos escombros, se negam à destruição total, por meio de inúmeros mecanismos de negar a negação ontológica produzindo, como apresenta Fred Moten (2023), “vida na quebra”.

Há um confronto de fluxos na cidade entre a agência do dispositivo de racialidade (Carneiro, 2023) causando destruições, e a agência negra afrofuturista que “rasga” a morte ontológica e o epistemicídio. Fica notável o que Abdias Nascimento relata em *O Genocídio do Negro Brasileiro* (1978). Houve um projeto de embranquecimento prescrito por pesquisadores e médicos no Brasil que não se concretizou como imaginaram. Tanto a miscigenação, quanto a mera presença desses corpos no território brasileiro, foram responsáveis por uma transformação radical das relações, da cultura e da história do Brasil. Somos até hoje permeados pela cultura africana, sem ao menos sabermos, pois ela se tornou cotidiana. Sendo assim, o Brasil é, e sempre será, um território negro ou, como diz Lélia Gonzalez (1984) uma “América Ladina”.

A encruzilhada da confluência de passado-presente das ruínas é um chamado para futuros da plantação afrofuturistas (McKittrick, 2021). A quebra, as ruínas e o vestígio, não são fins em si, mas pontos de partida que provocam uma reinterpretação e negação das violências cotidianamente normalizadas por parâmetros raciais e modos de convivência que não dão conta de nossas pluralidades.

BIBLIOGRAFIA:

- ALVES, Jaime A. **The Anti-black City: Police Terror and Black Urban Life in Brazil**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2018.
- ALVES, J. A.; PATERNIANI, S. Z. **In/Tratoráveis: vida urbana insurgente na cidade-plantation**. *Anthropológicas*, p. 5-31, 2024. DOI: 0.51359/2525-5223.2024.264697. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistaanthropologicas/article/view/264697/49272>. Acesso em: 21 jul. 2025.
- CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser**. Rio de Janeiro, Zahar, 2023.
- COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Tradução de Jamile Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, p. 223-244, 1984.
- GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1982
- HARTMAN, Saidiya. **Perder a mãe: uma jornada pela rota atlântica da escravidão**; tradução José Luiz Pereira da Costa. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.
- MARTINS, A. R.; SANTOS, W. R. DOS. O Projeto Ruas de Histórias Negras e a representação da matriz africana em Campinas: a disputa do território urbano - um estudo de caso. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 68, p. 32-49, set. 2017.
- MCKITRICK, Katherine. **Futuros da plantação**. Trad. Bru Pereira, Lucas Maciel & Janaína Tatim. América Latina: Fecundações Cruzadas, 2021.
- MENDES, Luís C.; RENAUDEAU, Yamin Ho. **Mãe Preta, Cidade Antinegra: Dinâmicas de Subalternização de Mulheres Negras do Processo de Construção da Cidade de Campinas**. In: Anais das Jornadas de Antropologia John Monteiro 2024, Campinas, 2025.
- MOTEN, Fred. **Na quebra: a estética da tradição radical preta**. Crocodilo, N-1 Edições. São Paulo, 2023.
- NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- PATERNIANI, S. Z. Ocupações, práxis espacial negra e brancopia: para uma crítica da branquidade nos estudos urbanos paulistas. *Revista de Antropologia*, v. 65, n. 2, p. e197978, 2022.
- PATERNIANI, S. Z. **São Paulo cidade negra: branquidade e afrofuturismo a partir de lutas por moradia**. 2019. 325 f., il. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019.
- SHARPE, Christina. **No vestígio: negritude e existência**. São Paulo: Ubu, 2023.
- VARGAS, João H. Costa. Racismo não dá conta: antinegitude, a dinâmica ontológica e social definidora da modernidade. *Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, [S. l.], v. 18, n. 45, 2020. DOI: 10.12957/rep.2020.47201. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/47201>. Acesso em: 18 jul. 2025.